



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PAUTA DA 29ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**25/06/2013
TERÇA-FEIRA
às 11 horas**

**Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Senador Anibal Diniz**



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 54ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 25/06/2013.**

29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Terça-feira, às 11 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	OFS 23/2013 - Não Terminativo -	SEN. FLEXA RIBEIRO	8

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(45)(91)(92)(97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz

(27 titulares e 27 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 / 6391	1 Angela Portela(PT)(17)(100)(102)	RR (61) 3303.6103 / 6104 / 6105
Ana Rita(PT)(63)(64)	ES (61) 3303-1129	2 Lídice da Mata(PSB)(65)(17)(64)	BA (61) 3303-6408 / 3303-6417
Pedro Taques(PDT)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551	3 Jorge Viana(PT)(85)(15)(17)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Anibal Diniz(PT)(84)(14)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Acir Gurgacz(PDT)(69)(60)(32)(58)(70)(33)	RO (61) 3303-3132/1057
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	5 Walter Pinheiro(PT)(88)(16)	BA (61) 33036788/6790
Inácio Arruda(PC DO B)	CE (61) 3303-5791 / 3303-5793	6 Rodrigo Rollemberg(PSB)	DF (61) 3303-6640
Eduardo Lopes(PRB)(41)(40)	RJ (61) 3303-5730	7 Humberto Costa(PT)(20)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Randolfe Rodrigues(PSOL)(99)	AP (61) 3303-6568	8 Paulo Paim(PT)(104)	RS (61) 3303-5227/5232
Eduardo Suplicy(PT)(100)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	9 Wellington Dias(PT)(105)	PI (61) 3303-9049/9050/9053
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Eduardo Braga(PMDB)(48)(59)(86)	AM (61) 3303-6230	1 Romero Jucá(PMDB)(28)(35)(48)(24)(59)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Vital do Rêgo(PMDB)(9)(23)(48)(59)(86)	PB (61) 3303-6747	2 Roberto Requião(PMDB)(44)(48)(24)(55)	PR (61) 3303-6623/6624
Pedro Simon(PMDB)(48)(59)(86)	RS (61) 3303-3232	3 Ricardo Ferraço(PMDB)(48)(24)(59)(86)(21)	ES (61) 3303-6590
Sérgio Souza(PMDB)(48)(59)(86)	PR (61) 3303-6271 / 6261	4 Clésio Andrade(PMDB)(48)(24)(59)(86)(22)	MG (61) 3303-4621 e 3303-5067
Luiz Henrique(PMDB)(28)(48)(59)(86)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Valdir Raupp(PMDB)(48)(86)	RO (61) 3303-2252/2253
Eunício Oliveira(PMDB)(48)(86)(34)	CE (61) 3303-6245	6 Benedito de Lira(PP)(48)(86)	AL (61) 3303-6144 / 6151
Francisco Dornelles(PP)(48)(86)	RJ (61) 3303-4229	7 Waldemir Moka(PMDB)(48)(86)	MS (61) 3303-6767 / 6768
Sérgio Petecão(PSD)(52)(86)(82)(49)(50)	AC (61) 3303-6706 a 6713	8 Kátia Abreu(PSD)(66)(83)(52)(67)(86)(78)	TO (61) 3303-2708
VAGO		9 Lobão Filho(PMDB)(101)	MA (61) 3303-2311 a 2314
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Aécio Neves(PSDB)(80)	MG (61) 3303-6049/6050	1 Lúcia Vânia(PSDB)(80)(30)	GO (61) 3303-2035/2844
Cássio Cunha Lima(PSDB)(80)	PB (61) 3303-9808/9806/9809	2 Ataídes Oliveira(PSDB)(80)(81)	TO (61) 3303-2163/2164
Alvaro Dias(PSDB)(80)	PR (61) 3303-4059/4060	3 Cícero Lucena(PSDB)(98)(80)(19)	PB (61) 3303-5800 / 5805
José Agripino(DEM)(51)(25)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Paulo Bauer(PSDB)(53)(51)(26)	SC (61) 3303-6529
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(98)	SP (61) 3303-6063/6064	5 Flexa Ribeiro(PSDB)(98)	PA (61) 3303-2342
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)			
Armando Monteiro(PTB)(93)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	1 Gim(PTB)(13)(93)(74)(90)(54)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(93)(95)(96)(71)	RR (61) 3303-4078 / 3315	2 Eduardo Amorim(PSC)(93)(18)(89)(54)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(93)	ES (61) 3303-4161/5867	3 Blairo Maggi(PR)(43)(93)(27)(75)(42)(76)	MT (61) 3303-6167
Antonio Carlos Rodrigues(PR)(93)	SP (061) 3303.6510, 6511 e 6514	4 Vicentinho Alves(PR)(56)(57)(93)(103)	TO (61) 3303-6469 / 6467

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- (2) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- (3) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- (4) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- (5) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- (6) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- (7) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- (8) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

- (9) Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
- (10) Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
- (11) Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)
- (12) Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)
- (13) Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
- (14) Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
- (15) Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Sepulcy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
- (16) Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
- (17) Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
- (18) Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
- (19) O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
- (20) Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
- (21) Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
- (22) Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- (23) Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
- (24) Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
- (25) Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- (26) Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
- (27) O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- (28) Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
- (29) Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
- (30) Em 27.05.2011, a Senadora Lucia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
- (31) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (32) Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
- (33) Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
- (34) Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
- (35) Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
- (36) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
- (37) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (38) Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (39) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (40) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (41) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
- (42) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (43) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (44) Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 45/2012).
- (45) Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
- (46) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (47) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (48) Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
- (49) Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
- (50) As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
- (51) Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
- (52) Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
- (53) Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
- (54) Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
- (55) Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
- (56) Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
- (57) Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
- (58) Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
- (59) Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
- (60) Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 092/2012-GLDBAG).
- (61) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

- (62) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
- (63) Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- (64) Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
- (65) Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
- (66) Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
- (67) Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
- (68) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (69) Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
- (70) Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
- (71) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (72) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (73) Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
- (74) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (75) Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
- (76) Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- (77) Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
- (78) Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
- (79) Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
- (80) Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
- (81) Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
- (82) O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
- (83) O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
- (84) Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
- (85) Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
- (86) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (87) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).
- (88) Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
- (89) Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
- (90) Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
- (91) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
 "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretária-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
 Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
 Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada).
 Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada).
 Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
 Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.
- (92) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodrê Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
- (93) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (94) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (95) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
- (96) Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.
- (97) Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cicero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
- (98) Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
- (99) Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
- (100) Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
- (101) Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
- (102) Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
- (103) Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
- (104) Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
 SECRETÁRIO(A): EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3972
 FAX: 3303-4315

PLENÁRIO Nº 3 - ALA ALEXANDRE COSTA
 TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
 E-MAIL: scomccj@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 25 de junho de 2013
(terça-feira)
às 11h**

PAUTA

29ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

	Sabatina
Local	Sala de Reuniões nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

PAUTA

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 23, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GILBERTO VALENTE MARTINS, Promotor de Justiça, integrante do Ministério Público do Estado do Pará, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Procurador-Geral da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Votação secreta.

Observações:

Em 12/06/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. A Presidência concedeu vista coletiva automática, nos termos regimentais.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

[Relatório](#)

1

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 23, de 2013 (Ofício nº 108/SG/2013, na origem, do Conselho Nacional de Justiça), que *encaminha, nos termos da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, documentação do promotor de Justiça GILBERTO VALENTE MARTINS, do Ministério Público do Estado do Pará, indicado pela Procuradoria-Geral da República para recondução ao Conselho Nacional de Justiça.*

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

Vem ao exame desta Comissão a indicação, pelo Procurador-Geral da República, da recondução do Dr. GILBERTO VALENTE MARTINS ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do inciso XI do art. 103-B da Constituição Federal.

De acordo com o referido artigo da Lei Maior, os membros do CNJ, ao qual incumbe o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, serão nomeados pelo Presidente da República, depois da aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Nos termos do art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proceder à sabatina dos indicados.

Em atendimento ao inciso I do art. 5º do citado diploma normativo, bem como ao inciso I do art. 1º do Ato da CCJ nº 1, de 17 de

outubro de 2007, o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*, acompanhado da documentação necessária, que passamos a resumir.

Nascido em 28 de dezembro de 1961, o Dr. Gilberto Valente Martins graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Pará em 1986. Obteve o título de Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra, em 2010, com a Dissertação *Ministério Público Europeu – Competência Material*. Ademais, participou de cursos na área de inteligência, promovidos pelo Comando do Exército e pela Agência Brasileira de Inteligência, e exerceu magistério na Escola Superior do Ministério Público.

No início de sua trajetória profissional, atuou na assessoria jurídica da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena. Nos anos de 1988 e a 1990, exerceu o cargo de Defensor Público Estadual, tendo atuado como Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Naquele período, logrou aprovação em diversos concursos públicos para cargos da área jurídica, tais como o de Procurador da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, de Procurador Autárquico Federal e de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MPE/PA). Tomou posse neste último cargo, em agosto de 1990, tendo exercido, por longo período, funções de assessoria ao Procurador-Geral de Justiça, na administração superior do MPE/PA.

Promotor de Justiça da 3ª Entrância (Especial), é titular da 1ª Promotoria de Justiça Militar, na fiscalização da atividade da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, com atuação no Grupo Especial de Prevenção e Repressão às Organizações Criminosas – GEPROC, de âmbito estadual, e no Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas – GNCOC, de âmbito nacional. Ao longo de sua carreira, participou de diversas ações integradas de repressão ao crime organizado, tendo colaborado também com os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pirataria, criada pela Câmara dos Deputados, em 2003.

Pelo desempenho de suas atribuições, recebeu diversos elogios, homenagens e condecorações. Ademais, defendeu doze teses nos congressos nacionais do Ministério Público, as quais vieram a integrar os livros de teses daqueles encontros. No ano de 2013, foi Coordenador Científico e Palestrante

do Seminário Nacional “Inovações e Desafios da nova Lei sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro” – Lei nº 12.683/2012.

Constatamos que, para o atendimento ao disposto nos incisos II a IV do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o indicado apresentou declarações nas quais afirma:

I – não ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de membro ou servidor do Ministério Público do Estado do Pará e do Ministério Público da União;

II – não cumprir quaisquer sanções criminais ou administrativo-disciplinares, inexistindo contra ele procedimentos dessa natureza instaurados;

III – não ser membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Em cumprimento ao art. 1º, II, do Ato da CCJ nº 1, de 2007, o indicado fez anexar ao processado declarações nas quais afirma:

I – não possuir parentes que exerçam ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;

II – não participar nem ter participado, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais;

III – estar em situação de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, informação essa corroborada por certidões expedidas pelos órgãos competentes;

IV – figurar no polo passivo das ações judiciais nºs 001255-10.2011.814.0303 e 00022364-79.2011.814.0943, em tramite, respectivamente, na 8ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém/PA e no 3º Juizado Especial Cível de Ananindeua/PA, pedidos julgados improcedentes, pendentes de julgamento os recursos interpostos pelos Autores; e

V – haver oficiado, como representante do Ministério Público, perante: o Juízo de Direito da Justiça Militar do Estado do Pará, o Juízo de Direito da 1ª Vara de Inquéritos e Medidas Cautelares de Belém, o Juízo de Direito da Vara Criminal de Entorpecentes e Combate às Organizações Criminosas, o Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Xinguara, o Juízo de Direito da Comarca de Tailândia e o Tribunal de Justiça do Estado.

Finalmente, em atendimento ao inciso III do art. 1º do multicitado Ato, o indicado apresentou, um arrazoado sobre a sua experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

A atuação do indicado perante o CNJ, no biênio 2011/2013, foi marcada por um trabalho intenso e competente, com participação efetiva de 100% (cem por cento) nas Sessões Plenárias do Conselho Nacional de Justiça. Dados do Relatório Anual do CNJ-2012, revelam a participação do indicado como membro da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura, e da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas , ambas com iniciativas altamente positivas para as finalidades do CNJ, como, por exemplo, a implantação do Projeto Judicial Eletrônico (PJE) e o “Programa Valorização: Juiz valorizado, Justiça Completa”.

Ante o exposto, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

OFÍCIO “S” Nº 23, DE 2013

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 603

Brasília, 3 de maio de 2013

Senhor Presidente,

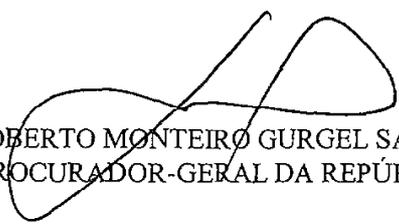
Em atenção ao contido no Ofício nº 50/GP, de 4 de março de 2013, encaminho a Vossa Excelência os nomes dos membros do Ministério Público da União e dos Estados (este escolhido entre os indicados pelos Ministérios Públicos Estaduais), para a composição do Conselho Nacional de Justiça:

a) WELLINGTON CABRAL SARAIVA, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal; e

b) GILBERTO VALENTE MARTINS, Promotor de Justiça, integrante do Ministério Público do Estado do Pará.

Envio-lhe, outrossim, os *curricula vitae* dos indicados, juntamente com os documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal.

Atenciosamente,



ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Excelentíssimo Senhor
Ministro JOAQUIM BARBOSA
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Brasília - DF

Conselho Nacional de Justiça

Ofício nº 108/SG/2013

Brasília, 22 de maio de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

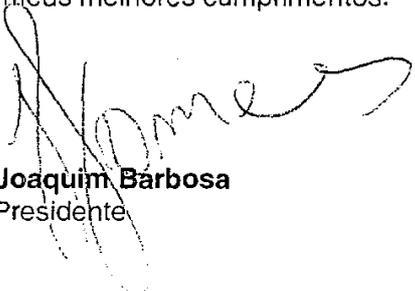
Assunto: Encaminha documentação – Indicação da PGR

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa Casa Legislativa, documentação exigida pela Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, bem como os nomes dos indicados pela Procuradoria-Geral da República para recondução ao Conselho Nacional de Justiça, a saber:

- a) Procurador Regional da República Wellington Cabral Saraiva, do Ministério Público Federal;
- b) Promotor de Justiça Gilberto Valente Martins, do Ministério Público do Estado do Pará.

Sem mais, apresento meus melhores cumprimentos.



Ministro **Joaquim Barbosa**
Presidente

Gilberto Valente Martins

Curriculum Vitae

2013

GILBERTO VALENTE MARTINS

Dados Pessoais

Nome Gilberto Valente Martins
Sexo Masculino
Nascimento 28/12/1961
Nacionalidade Brasileira
Naturalidade Paraense
Estado civil Casado
Identidade 196/90-MP/PA
CPF 180.834.142-34
Título de eleitor 12006213/33 Zona: 001 Secção 0331

Esposa Ana Rosa Figueiredo Martins
Profissão Arquiteta

Filhos Felipe Figueiredo Martins
Thaís Figueiredo Martins

Filiação Mario Ruben de Mello Martins
Heliana Valente Martins

Endereço Travessa Rui Barbosa nº 840, apto 802
Bairro do Reduto
CEP 66053-260
Belém/PA

Contato Celular (61) 9975-8836
Residência (91) 3223-5555

Endereço eletrônico gaftm@terra.com.br

Informações Profissionais

Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Promotor de Justiça da 3ª Entrância (Especial) – Titular da 1ª Promotoria de Justiça Militar, com atuação no Grupo Especial de Prevenção e Repreensão às Organizações Criminosas – GEPROC

Endereço Rua João Diogo nº 100

Contato Praça Felipe Patroni
(91) 4006-3477

Endereço eletrônico gilberto@mp.pa.gov.br

Atuação Profissional

2011 – 2013 Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ
Membro do Ministério Público Estadual indicado pela
Procuradoria-Geral da República

Ago/1990... Promotor de Justiça
Ministério Público do Estado do Pará

Ago/1988 – Ago/1990 Chefe de Gabinete
Procuradoria-Geral do Estado do Pará

Mai/1988 – Ago/1990 Defensor Público da Capital
Defensoria Pública do Estado do Pará

Abr/1986 – Mar/1987 Assessoria Jurídica da CODEBAR
Companhia de Desenvolvimento de Barcarena
Empresa Pública Federal
Convênio Firmado entre a CODEBAR e a Universidade
Federal do Pará – UFPA

Nov/1983 – Ago/1986 Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Cartório Rhossard – 2º Ofício Cível
Estágio supervisionado

Aprovação em Concursos Públicos

- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**
Concurso Público para ingresso na Carreira do Ministério Público.
Publicado no Diário Oficial do Estado do Pará em 19 de julho de 1990
- **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Concurso Público para provimento do Cargo de Procurador Autárquico Federal

Publicado no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 1989

- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Concurso Público para provimento do Cargo de Escrevente
Nomeado em 26 de setembro de 1988
Publicado no Diário Oficial do Estado do Pará em 03 de outubro de 1988
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
Concurso Público para provimento do Cargo de Procurador Legislativo
Publicado no Diário Oficial do Estado do Pará em 25 de agosto de 1988
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
Processo Seletivo realizado na data de 04 de março de 1988

Registros Profissionais

1. Prêmio Cultural – “Procurador de Justiça Artemis Leite da Silva”
Associação do Ministério Público do Estado do Pará
1º Lugar na classificação: Melhor Trabalho Forense de 1991
2. Designado para responder pela Chefia de Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça até ulterior deliberação – Portaria nº 101/95-PGJ de 30/01/1995
3. Promovido por Ato da PGJ pelo critério de Merecimento do cargo de Promotor de Justiça de 2ª Entrância de Ananindeua para o cargo de Promotor de Justiça de 3ª Entrância da Capital – Publicado no DOE de 27/04/1995
4. Designado para officiar como Assessor da Procuradoria Geral de Justiça de 02/05/1995 até ulterior deliberação – Portaria nº 437/95-PGJ.
5. Dispensado, a pedido, das funções de Assessor da Procuradoria Geral de Justiça, que desempenhou com competência e dedicação, merecedoras de louvor – Portaria nº 1100/95-PGJ de 28/09/1995
6. Elogiado pelo Diretor da Academia de Polícia Civil – ACADEPOL, agradecendo por proferir palestra sobre “Prostituição Infanto-Juvenil”, promovida pela ACADEPOL – Expediente nº 13725/95

7. Condecorado com a Medalha do Mérito Dr. Mário Brasil pela Justiça Militar do Estado do Pará, pelos relevantes serviços prestados, em 27/06/2000
8. Designado para officiar como Assessor do Procurador-Geral de Justiça a partir de 02/05/2001 até ulterior deliberação – Portaria nº 651/2001-PGJ.
9. Primeiro Secretário e Membro Fundador do GNCOC – Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, criado em fevereiro de 2002, para organizar operações integradas de combate às ações ilícitas de organizações criminosas. Leva o nome do Promotor de Justiça de Minas Gerais Francisco José Lins do Rêgo Santos, assassinado, em janeiro de 2002, quando investigava a máfia dos combustíveis em Belo Horizonte. Integra o Subgrupo de combate à sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e jogos de azar.
10. Autorizado para atuar no Grupo Especial de Prevenção e Repressão às Organizações Criminosas – Portaria nº 397/03-PGJ
11. Mantido na Assessoria do Procurador Geral de Justiça – Expediente nº 4834/2003
12. Elogiado pela Associação de Defesa da Propriedade Intelectual pelos trabalhos realizados junto ao combate à Pirataria no Brasil – Expediente nº 17736/2003
13. Designado para desempenhar as funções de Coordenador de Inteligência e Coordenador-Adjunto de Inteligência, respectivamente, perante o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas – GNCOC – Portaria nº 2414/2004-PGJ
14. Designado para, sem prejuízo de suas atribuições, atuar no Grupo Especial de Prevenção e Repressão as Organizações Criminosas – GEPROC – Portaria nº 526/2005-PGJ
15. Elogiado com votos de louvor pela atuação na denominada "Operação Corsário" de combate à pirataria – Ofício nº 002/2006/MP/PGJ/GEPROC de 17/01/2006 – Protocolo nº 1097/2006 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
16. Elogiado pelo Empenho e Competência, no desempenho na Ação do Combate à pirataria no Estado do Pará. Expediente nº 17268/2006 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.

17. Elogiado pelos relevantes trabalhos desenvolvidos pelo GEPROC – Grupo Especial de Prevenção e Repressão às Organizações Criminosas, nas investigações referentes à tentativa de homicídio que sofreu o Procurador de Justiça Mauro Campbell (atual Ministro do STJ), do Ministério Público do Amazonas, envolvendo o Procurador-Geral de Justiça daquele Estado, por proposição do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça – Ofício nº 013/2007/MP/SCPJ de 09.02.2007 – Expediente nº 4597/2007
18. Concessão da Medalha “Promotor de Justiça Fabrício Ramos Coutos em reconhecimento à notória e excepcional contribuição que prestou para o bom êxito da gestão administrativa e do desempenho das atividades institucionais do Ministério Público do Estado do Pará, nos biênios de 2003/2005 e 2005/2007 – Portaria nº 579/2007-MP/PGJ
19. Designado para, sem prejuízo das atribuições do cargo de 1º Promotor de Justiça Militar, apresentar manifestação em requerimentos de medidas cautelares de interceptação telefônica, prisão preventiva, prisão temporária, busca e apreensão e medidas protetivas requeridas pelas autoridades policiais em sede de investigação criminal, não distribuídas às Varas Criminais da Capital, até ulterior deliberação – Portaria nº 891/2007-MP/PGJ
20. Dispensado do cargo de Assessor do Procurador-Geral de Justiça, designado pela Portaria nº 651/2001-PGJ, de 02/05/2001, de acordo com o art. 18, XVIII, alínea "b", da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06/07/2006, a contar de 01/11/2008, sendo LOUVADA a colaboração, competência, dedicação e lealdade com que se houve no desempenho de suas atribuições. Publicação no DOE de 21/11/2008 – Portaria nº 3401/2008-MP/PGJ
21. Designado como representante do Ministério Público e sem prejuízo das atribuições do 1º cargo de Promotor de Justiça Militar para atuar perante o Grupo Especial de Prevenção e Repressão às Organizações Criminosas – GEPROC. Publicado no DOE de 24/06/2010 – Portaria nº 2400/2010-MP/PGJ
22. Designado para exercer o cargo de Assessor do Procurador-Geral de Justiça, a contar de 15/6/2010 até ulterior deliberação. Publicado no DOE de 24/06/2010 – Portaria nº 2405/2010-MP/PGJ
23. Designado para, até 31/12/2010, exercer atribuições perante a Vara de Combate às Organizações Criminosas, na Comarca de Belém, a contar de 15/6/2010 – Portaria nº 2428/2010-MP/PGJ

24. Dispensado, com base no art. 18, inciso XVIII, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06/07/2006, designado pela Portaria nº 2405/2010-MP/PGJ, de 16/6/2010, a contar de 1º/7/2010. Louvado a colaboração, a competência, a dedicação e a lealdade com que o Doutor Gilberto Valente Martins se houve no desempenho das atribuições do referido cargo. Publicado no DOE de 15/07/2010 – Portaria nº 2729/2010-MP/PGJ
25. Designado para, até 31/12/2010, exercer atribuições perante a 1ª Vara de Inquéritos Policiais, na Comarca de Belém, a contar de 16/06/2010, sem prejuízo das demais atribuições no município de Belém – Portaria nº 2769/2010-MP/PGJ
26. Designado para exercer atribuições perante a Vara de Combate às Organizações Criminosas, na comarca de Belém, sem prejuízo das demais atribuições no município de Belém, no período de 01/01 a 31/03/2011 – Publicado no DOE de 05/04/2011 – Portaria nº 5323/2010-MP/PGJ
27. Delegada as atribuições de representação da Procuradoria-Geral de Justiça para participar de todas as reuniões que transcorrerem no evento do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOG), no Estado da Paraíba, inclusive reuniões abertas e fechadas dos Procuradores-Gerais de Justiça e do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ). Publicado no DOE de 07/04/2011 – Portaria nº 1422/2011-MP/PGJ
28. Debatedor em painel comemorativo da Semana do Advogado realizada no período de 10 a 13 de agosto de 2010 – OAB/PA
29. Membro da Comissão Julgadora do Prêmio “Procurador de Justiça Artemis Leite da Silva” – Versão 2010 – 15 de dezembro de 2010 – Associação do Ministério Público do Estado do Pará
30. Homenageado com a “Medalha do Mérito Policial Civil”, em reconhecimento às relevantes contribuições à instituição policial, em 20 de abril de 2011
31. Escolhido pelo Procurador-Geral da República para ocupar a vaga de Representante dos Ministérios Públicos dos Estados no Conselho Nacional de Justiça, entrando em exercício no dia 08 de agosto de 2011

Formação Acadêmica/Titulação e Formação Complementar

2008 – 2010

Curso de Mestrado

	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra Obteve o grau de Mestre em Direito Penal Tese defendida no dia 13 de maio de 2010 Tema: "Ministério Público Europeu – Competência Material" Conceito da banca examinadora: 17 valores
2005	Ministério da Defesa – Exército Brasileiro Escola de Inteligência Militar do Exército – ESIMEX Estágio Especial de Inteligência para o Ministério Público Militar e Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas – GNCOC
2002	Agência Brasileira de Inteligência – ABIN 1º Curso Básico de Inteligência para Membros do Ministério Público Brasileiro
1986	Cursos de Extensão Universidade Federal do Pará – UFPA "Temas especiais de Filosofia Jurídica" e "Interpretação e Aplicação do Direito"
1983 – 1986	Curso de Graduação Bacharel em Direito Universidade Federal do Pará – UFPA

Teses Defendidas nos Congressos Nacionais do Ministério Público

- "O Papel do Ministério Público no Combate à Criminalidade Fiscal" – Publicada no Livro de Teses – 10º Congresso Nacional do Ministério Público – Belém – Pará – 1994
- "Justiças Militares dos Estados, Competência para Processar e Julgar os Comandantes Gerais das Forças Militares" – Publicada no Livro de Teses – Tomo I – 11º Congresso Nacional do Ministério Público – Goiânia – Goiás – 1996
- "A Necessidade da Reforma Organizacional da Justiça Militar" – Publicada no Livro de Teses – Tomo II – 11º Congresso Nacional do Ministério Público – Goiânia – Goiás – 1996

- “Competência para Processar e Julgar os Procuradores de Justiça dos Estados” – Necessidade de Reforma da Constituição Federal – Publicada no Livro de Teses – Tomo II – 11º Congresso Nacional do Ministério Público – Goiânia – Goiás – 1996
- “A Violência Oficial e as Justiças Militares” – Publicada no Livro de Teses – Tomo II – 12º Congresso Nacional do Ministério Público – Fortaleza – Ceará – 1998
- “O Tribunal do Júri, as Justiças Militares e a Competência para Julgar os Crimes Dolosos Contra a Vida” – Publicada no Livro de Teses, Volume I, Tomo I – 13º Congresso Nacional do Ministério Público – Curitiba – Paraná – 1999
- “Improbidade Administrativa dos Agentes Públicos e as Contratações Irregulares de Servidores” – Publicada no Livro de Teses, Volume II – 13º Congresso Nacional do Ministério Público – Curitiba – Paraná – 1999
- “Efetividade dos Direitos Fundamentais e as Penas Disciplinares nas Corporações Militares” – Publicada no Livro de Teses, Volume II – 13º Congresso Nacional do Ministério Público – Curitiba – Paraná – 1999
- “A Desconcentração de Poderes das Procuradorias-Gerais de Justiça e a Inconstitucionalidade do inciso VII do art. 39 da Lei nº 8.625/93” – Publicada no Livro de Teses – Civil – Volume 02 - 14º Congresso Nacional do Ministério Público – Recife – Pernambuco – 2001
- “A Formação da Lista Sêxtupla para os Tribunais e a Inconstitucionalidade do Artigo 15º, inciso I da Lei nº 8.625/93” – Publicada no Caderno de Teses – 15º Congresso Nacional do Ministério Público – Gramado – Rio Grande do Sul – 2003
- “Abuso de Autoridade e os Juizados Especiais Criminais” – Publicada no Caderno de Teses – 15º Congresso Nacional do Ministério Público – Gramado – Rio Grande do Sul – 2003
- “A Atividade de Inteligência nas Investigações Realizadas no Ministério Público e o Combate às Organizações Criminosas” – Publicada no Livro de Teses – XVIII Congresso Nacional do Ministério Público – Salvador – 2007

Outras publicações

“Improbidade Administrativa dos Agentes Públicos e as Contratações Irregulares de Servidores”. Disponível em: <http://www.profpito.com/temporarios.html>

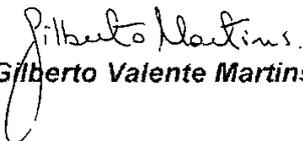
Eventos

- Dia: 23/08/11
Participou da homenagem solene aos novos membros do Conselho Nacional de Justiça
- Dia: 05/09/11
Participou da Oitiva de Magistrados na Diretoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
- Dias: 27 e 28/10/11
Proferiu palestra no I Congresso Estadual de Procuradores do Estado do Pará
- Dia: 31/10/11
Participou do Painel no II Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Amapá
- Dia: 10/11/11
Participou do Workshop Obras e Serviços de Engenharia nas Edificações dos Tribunais de Justiça, em Foz do Iguaçu/PR
- Dia: 17/11/11
Participou do V Encontro Nacional do Judiciário, em Porto Alegre/RS
- Dias: 28/11 a 02/12/11
Participou da Semana Nacional da Conciliação no Paraná – TJ/PR, TRT da 9ª Região e Justiça Federal
- Dia: 22/03/12
Visita *in loco* ao Brasil – Quarta rodada de análise
Sede da Controladoria Geral da União
- Dias: 29 e 30/03/12
Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais
Local: Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

-
- Dia: 17/04/12
Proferiu palestra no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo
 - Dia: 20/04/12
Proferiu palestra no Painel da ANPT – Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, no Centro de Convenções Brasil 21, Brasília/DF
 - Dia: 23/04/12
Participou da Posse dos Procuradores da República habilitados no 25º Concurso Público
Local: Procuradoria-Geral da República
 - Dia: 23/04/12
Participou da Solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Local: Sala de Sessões Plenárias do Palácio da Justiça
 - Dia: 13/05/12
Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
Local: Auditório da Associação de Magistrados do Estado de Goiás
 - Dia: 29/05/12
Participou do I Encontro Nacional sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJe)
Local: Auditório do Conselho da Justiça Federal
 - Dia: 30/05/12
Proferiu palestra no “Seminário Povo e Floresta”, da Câmara dos Deputados.
Local: Auditório Antônio Carlos Magalhães, prédio do Interlegis anexo do Senado Federal
 - Dias: 31/05 e 01/06/12
Coordenador científico e palestrante do Seminário Nacional de Proibição Administrativa – “Os 20 anos da Lei 8.429 de 1992 e a eficácia da atuação do Estado contra os ilícitos de agente públicos”
Local: Auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília/DF
 - Dias: 14 e 15/06/12
Participou do lançamento do stand do Conselho Nacional de Justiça no evento da Rio+20, no Rio de Janeiro/RJ

- Dia: 29/06/12
Proferiu palestra no I Congresso Estadual da Magistratura Capixaba
Local: Auditório do Tribunal de Justiça do Espírito Santo
- Dia: 05/07/12
Proferiu palestra no I Encontro Estadual de Promotores e Procuradores de Justiça da Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa – Cacoal/RO
- Dias: 16 e 17/08/12
Participou do 1º Congresso Internacional do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG, no Rio de Janeiro/RJ
- Dia: 24/08/12
Proferiu palestra no 60º Encontro dos Corregedores-Gerais da Justiça dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal – ENCOGE
- Dias: 07 a 14/09/12
Representou o Conselho Nacional de Justiça na 20ª Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implantação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC), em Washington/EUA
- Dia: 17/09/12
Recebeu Medalha - Ordem do Mérito *Jus et Labor*
TRT 8ª Região – Belém/PA
- Dia: 01/10/12
Participou como palestrante do “Programa Valorização dos Magistrados: Juiz Valorizado, Justiça Completa” do CNJ
Local: Pleno do TRF da 5ª Região – Recife/PE
- Dia: 19/10/12
Participou da Sessão Solene de Posse do Presidente e demais integrantes da nova diretoria do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais
Local: Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes, na Av. João Cirilo da Silva, S/N, Altiplano Cabo Branco, João Pessoa/PB
- Dia: 30/10/12
Presidiu mesa no Evento sobre o “Justiça em Números” do CNJ
Local: Auditório do Superior Tribunal de Justiça

- Dias: 05 e 06/11/12
Participou do VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, como coordenador da meta 18.
Local: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
- Dia: 29/11/12
Proferiu palestra no I Seminário Sobre os Meios de Combate à Corrupção no Século XXI
Local: Fórum Desembargador José Vidal – Cuiabá/MT
- Dias: 11 e 12/03/2013
Coordenador científico e palestrante do Seminário Nacional "Inovações e Desafios da nova Lei sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro – Lei nº 12.683/2012"
Local: Auditório do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília/DF


Gilberto Valente Martins

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto na Resolução do Senado Federal n. 7, de 27 de abril de 2005, que estabelece normas para apreciação das indicações para composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, **DECLARO** que:

1. Não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por minha indicação (art. 5º, II, da Resolução n. 7);
2. Não cumpro qualquer tipo de sanção criminal ou administrativo-disciplinar e, ainda, não existe procedimento dessa natureza instaurado contra mim (art. 5º, III, da Resolução n. 7);
3. Não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados da Federação, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes (art. 5º, IV, da Resolução n. 7).

Brasília, 15 de maio de 2013.


GILBERTO VALENTE MARTINS

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no Ato n. 1, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas por outros órgãos, no âmbito da referida Comissão, **DECLARO** que:

1. Não há parentes meus que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional (art. 1º, II, "a");
2. Não participo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais (art. 1º, II, "b");
3. Estou em situação de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal (art. 1º, II, "c");
4. Nos últimos cinco anos atuei como representante do Ministério Público dos Estados junto ao Conselho Nacional de Justiça e, também, como Promotor de Justiça no Juízo de Direito da Justiça Militar do Estado do Pará, no Juízo de Direito da 1ª Vara de Inquéritos e Medidas Cautelares de Belém, no Juízo de Direito da Vara Criminal de Entorpecentes e Combate às Organizações Criminosas, no Juízo de Direito da 2ª. Vara da Comarca de Xinguara-Pá, no Juízo de Direito da Comarca de Tailândia-Pá e no Tribunal de Justiça do Estado.

Brasília, 15 de maio de 2013.


GILBERTO VALENTE MARTINS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, nos termos do disposto no Ato nº 01, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição e Justiça, que figuro no polo passivo das seguintes ações judiciais em trâmite, respectivamente, na 8ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém/PA e no 3º Juizado Especial Cível de Ananideua/PA:

01)Processo nº 0001255-10.2011.814.0303;

02)Processo nº 0002364-79.2011.814.0943.

Informo, outrossim, que todos os processos tiveram seus pedidos julgados improcedentes, estando, nesta data pendentes de julgamento os recursos interpostos pelos autores das demandas.

Brasília, 15 de maio de 2013.


GILBERTO VALENTE MARTINS

**CUMPRIMENTO DO REQUISITO PREVISTO NO INCISO III, DO ARTIGO 1º
DO ATO Nº 01 DA CCJ - SENADO FEDERAL.**

Excelentíssimos Senhores Senadores da República,

Cumprimentando-os, respeitosamente, apresento argumentação sucinta com intuito de demonstrar minha experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral para exercer a função de Conselheiro no Conselho Nacional de Justiça, como Representante dos Ministérios Públicos Estaduais.

Após conclusão do ensino fundamental e médio no Colégio Nossa Senhora de Nazaré, da Congregação Marista, em Belém, o início da caminhada nos estudos das ciências jurídicas foi realizada na Universidade Federal do Pará. Ainda universitário, prestei concurso público e fui aprovado no processo seletivo do Tribunal de Justiça do Estado onde exerci a função de escrevente. Percorrendo caminhos iluminados pelos ensinamentos de meus pais, a paixão pelo Direito tem permitido minha participação em diversos acontecimentos ao longo da história da democracia no Brasil. As recordações desta caminhada são vibrantes desde os períodos em que trabalhei na Defensoria Pública e na Procuradoria-Geral do Estado, especialmente na defesa dos hipossuficientes.

Paralelamente a estas primeiras atividades, devido a permissibilidade legal, exerci a advocacia por aproximadamente três (03) anos, quando, através de concurso público, ingressei no Ministério Público do Estado do Pará, em agosto de 1990, como Promotor de Justiça.

Neste mesmo período, já havia sido aprovado em Concurso Público para provimento do Cargo de Procurador Legislativo, no ano de 1988 e, posteriormente, no Concurso Público para o Cargo de Procurador Autárquico Federal no ano de 1989.

Na carreira ministerial, atuei em várias comarcas do interior do Estado do Pará: Acará, Afuá, Salinópolis, Capanema, Primavera, Castanhal, Ananindeua, entre outras, tendo sido promovido ao mais elevado cargo de primeira instância, no ano de 1995, na capital do Estado.

Neste mesmo ano, fui alçado à função de Assessor da Procuradoria-Geral de Justiça, passando a colaborar com a administração superior do Ministério Público, o que ocorreu em diversas oportunidades, conforme *curriculum vitae* que ora apresento, tendo inclusive ocupado o cargo de Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça.

Paralelamente às funções de assessoria, atuei como 1º Promotor de Justiça Militar quando tive a oportunidade de contribuir, desde 1996, com o aprimoramento da Polícia e dos Bombeiros Militares do Estado, exercendo a fiscalização da atividade, tanto no caráter preventivo como repressivo. Registro, assim, inúmeras recomendações e denúncias contra agentes públicos que se envolveram em ilícitos, podendo, tais fatos, serem constatados, com simplicidade, em fontes abertas, como matérias jornalísticas e sites da internet.

Relevante fato ocorrido foi minha indicação pelo Procurador-Geral de Justiça para participar da reunião transcorrida após o assassinato do Promotor de Justiça Francisco Lins do Rego Santos, em Belo Horizonte, com o propósito de adotar medidas preventivas contra as organizações criminosas. Neste ato, em janeiro de 2002, foi criado o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas - GNCOC, do qual fui o primeiro Secretário, passando a integrá-lo até ser alçado a Conselheiro do CNJ.

No âmbito estadual, por designação do Chefe do Ministério Público, passei a acumular as funções na Promotoria de Justiça Militar e no Grupo Especial de Prevenção e Repressão às Organizações Criminosas - GEPROC, tendo, juntamente com outros membros, combatido quadrilhas e bandos estruturados com propósitos ilícitos.

Como Coordenador do GEPROC, planejei e executei ações integradas e forças tarefas com outras instituições, como a Receita Federal, Polícias Civil e Federal, Ministérios da Justiça, do Trabalho e Previdência Social, no enfrentamento a crimes de contrafação (pirataria), contrabando e descaminho, jogos de azar, corrupção e outras fraudes contra o consumidor e os cofres públicos.

Oportuno registrar que durante quase 23 anos de carreira nunca respondi a qualquer procedimento administrativo em decorrência de minha atuação profissional, devido, certamente, a preocupação de garantir a mais ampla e absoluta defesa dos investigados e a preservação dos seus direitos fundamentais, razão pela qual tenho recebido menções honrosas e elogios de instituições públicas e organizações não-governamentais, também registradas no *currículum vitae*.

Minha participação nos Congressos Nacionais do Ministério Público, organizados pela CONAMP, é registrada com trabalhos apresentados, discutidos e aprovados, na maioria por unanimidade, com temas de interesse no aprimoramento da máquina judiciária do País.

Auxiliei a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, da Câmara dos Deputados, destinada a "investigar fatos relacionados à pirataria de produtos industrializados e sonegação fiscal", criada em 30 de maio de 2003, que se encontra publicada, constando o agradecimento pela colaboração às folhas 12 do Relatório.

Na área acadêmica lecionei na Escola Superior do Ministério Público a disciplina Direito Institucional do Ministério Público. Para minha formação, além de dois cursos de extensão, conclui o Mestrado em Direito pela Universidade de Coimbra, em Portugal, onde obtive uma das mais elevadas notas em uma tese de mestrado, abordando o tema "Ministério Público Europeu: Competência Material".

No ano de 2011, por escolha de meus pares no Ministério Público do Estado do Pará, me candidatei a Representante do MP dos Estados junto ao

Conselho Nacional de Justiça, tendo sido indicado ao cargo pelo Procurador Geral da República em agosto de 2011.

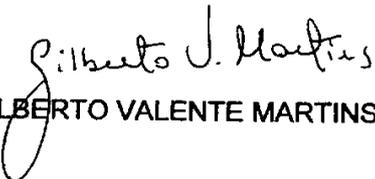
A experiência no Conselho Nacional de Justiça tem sido extremamente rica e gratificante. Dos trabalhos desenvolvidos posso citar os eventos sobre Probidade Administrativa no ano de 2012 e o evento sobre Lavagem de Dinheiro neste ano de 2013, dos quais fui coordenador acadêmico.

Também relatei diversos procedimentos no CNJ, entre eles o que estabelece a possibilidade do desconto de dias paralisados quando de greves abusivas de servidores do Judiciário, seguindo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Tenho me empenhado, também, na Comissão permanente de Tecnologia da Informação que desenvolve diversos trabalhos com relação ao programa de informatização de processos judiciais e na Comissão de Gestão de Pessoas, que entre seus relevantes projetos vem cuidando do aprimoramento do sistema de ingresso na carreira da Magistratura e da formação e atualização de servidores e magistrados.

Acredito ter atendido as exigências apresentadas por essa Egrégia Corte Legislativa.

Respeitosamente,


GILBERTO VALENTE MARTINS



Prefeitura Municipal de Belém
Secretaria Municipal de Finanças

CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico para os devidos fins de direito, nos termos do artigo 5º, inciso XXXIV, alínea b da Constituição Federal, que **NÃO CONSTAM** registros de débitos relativos a tributos ou créditos administrativos na Secretaria Municipal de Finanças em nome de **GILBERTO VALENTE MARTINS**, brasileiro, casado, Promotor de Justiça, exercendo o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, portador da identidade n.º 6648627 SSP/PA e do CPF 130.834.142-34. Pelo que dou fé.

Belém/PA, 17 de Maio de 2013.


SUELI AZEVEDO
Secretária Municipal de Finanças

SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**CERTIDÃO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA**

Nome: NÃO EXISTE REGISTRO DESTE NÚMERO EM NOSSOS ARQUIVOS

Inscrição Estadual: NÃO CONSTA

CPF: 130.834.142-34

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, inscritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 11:46:18 do dia 17/05/2013

Válida até: 13/11/2013

Número da Certidão: 702013080229722-2

Código de Controle de Autenticidade: F513189E.238979F7.74EF1B5E.EB3EEEE0E

Observação:

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GILBERTO VALENTE MARTINS
CPF: 130.834.142-34

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 08:45:25 do dia 17/05/2013 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/11/2013.
Código de controle da certidão: **C6C4.9CB0.8AB3.6E39**

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalida este documento.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, de 04/06/2013.